

**ENCONTRO DA REGIÃO NORDESTE PREPARATÓRIO Á VI
CONFINTEA - (CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS)**

RELATÓRIO FINAL

Salvador-BA, 25 de Abril de 2008.

INTRODUÇÃO

Dando continuidade às ações desenvolvidas no processo preparatório para a Sexta Conferência Internacional sobre Educação de Adultos – 2009, realizou-se, na cidade do Salvador-Bahia, o Encontro da Regional Nordeste, que contou com a participação de 90 delegados, dos nove Estados da Região. O Encontro Regional possibilitou, em outras questões, o processo de avaliação das demandas e debilidades enfrentadas pela população de jovens e adultos, bem como a elaboração de proposições que fortaleçam a EJA em nossa Região, em nosso país.

O Regional Nordeste congrega o maior número de Estados, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, ocupando uma área geográfica de 18,26% do total do país e cuja população representa 28,9% da população brasileira. Reúne, também, os mais altos índices de analfabetismo, pobreza e desemprego, conseqüentes de processos históricos de exclusão. Essa realidade, contraditoriamente, ao tempo em que nos tornou conhecedores dos mais perversos mecanismos de exclusão social, por outro lado, nos dotou de capacidade em construir caminhos alternativos de sobrevivência e resistência. Esse fato direciona para a necessidade da adoção de políticas específicas que atendam as peculiaridades do nordeste. É esse cabedal de conhecimentos, espírito de luta e reivindicação, emergentes dessa nossa experiência vivencial, que levamos para o Encontro Nacional a ser realizado em Brasília no mês de maio.

Este relatório apresenta, portanto, os desdobramentos do Encontro Regional, contando com uma descrição circunstanciada do evento como um todo, e apresentando as alterações e recomendações propostas pelos Grupos de Trabalho que procederam à discussão do “Documento Base Nacional”, a partir dos seus devidos temas.

1) O ENCONTRO:

1.1. Dados Gerais:

- **Local e Data:** Salvador, Bahia, 23, 24 e 25 de abril de 2008.

- **Tema:** Educação e Aprendizagens de Jovens e Adultos ao Longo da Vida.

- **Objetivos:**

- Consolidar a compreensão do conceito de educação e aprendizagens de jovens e adultos como um direito humano que se efetiva ao longo da vida, por diversos meios e expressar a idéia de que a juventude e a adultez também são tempos de aprendizagem;
- Contribuir na construção de políticas estratégicas de implantação ou fortalecimento da modalidade de EJA na Educação Básica no Brasil;
- Fortalecer a política pública de EJA, por meio do diálogo com diferentes esferas da sociedade civil e do Estado, aprofundando a discussão das políticas em curso e a formulação de novas iniciativas na área educacional.

- **Metodologia:**

O encontro baseou-se no Regimento Nacional para os encontros preparatórios e se ateve ao conteúdo estabelecido no **DOCUMENTO BASE NACIONAL PREPARATÓRIO À VI CONFINTEA.**

Contou com uma conferência de referência proferida pelo professor Miguel Arroyo e com Grupos de Trabalhos, conforme estabelecidos no Documento Base Nacional, a partir dos seguintes eixos temáticos:

GT1 – Sujeitos da EJA

GT2 – Estratégias Didático-Pedagógicas para a EJA

GT3 – Intersetorialidade da EJA

GT4 – Educação de Jovens e adultos no Sistema Nacional de Educação: gestão, recursos e financiamento.

As discussões dos GT's foram consolidadas em discussões Plenárias e na Plenária Final.

1.2. PROGRAMAÇÃO:

DIA 23 DE ABRIL DE 2008

AUDITÓRIO DO HOTEL VICTÓRIA MARINA

1. APRESENTAÇÃO CULTURAL:

A apresentação cultural da abertura do evento foi feita por integrantes da Banda Pracatum, do Candeal.

2. COMPOSIÇÃO DA MESA:

A mesa de abertura foi composta por Timothy Ireland (especialista em educação da UNESCO); Marly Braga Oliveira (Representante do MEC/SECAD); Adeum Hilário Sauer (Secretário de Educação do Estado da Bahia), Lourivaldo Valentim (Reitor da UNEB), Astor de Castro Pessoa (Presidente do Conselho Estadual de Educação da Bahia); Fátima Urpia (Representante do Fórum de EJA da Bahia); Márcia Valéria Lira Santana (Secretária de Educação do Estado de Alagoas/ CONSED); Walter Lima (Representante da UNDIME).

3. FALA DE FÁTIMA URPIA:

Fátima Urpia, representante do Fórum de EJA da Bahia, inicia sua fala cumprimentando a mesa e aos presentes, ressaltando a importância do encontro para pensar e falar do nosso desejo e vontade da garantia da EJA como lugar de direitos e responsabilidade de todos. Destaca a importância do evento como prestação de contas das intenções e dos compromissos assumidos em Hamburgo, Alemanha, em 1997, na V CONFINTEA. Em sua fala fez homenagem ao professor João Francisco de Souza, professor pernambucano da UFPE, ligado à Educação de Jovens e Adultos e ao trabalho e obra de Paulo Freire. O mesmo foi assassinado na noite do dia 27 de março de 2008, durante um suposto assalto na localidade Vila de Abrantes, na Região Metropolitana de Salvador. A professora Fátima ressaltou a importância do professor pernambucano para a EJA.

4. FALA DE TIMOTHY D. IRELAND:

O professor Timothy D. Ireland, especialista em educação da UNESCO, iniciou sua fala destacando os 60 anos nos quais foram realizadas as cinco CONFINTEA's (a primeira foi na Dinamarca, em 1949), observando que durante este período têm-se lutado para que a educação seja direito de todos. Ressaltou, no entanto, que o mundo ainda tem 770 milhões de adultos sem acesso à educação básica, mas, disse ele, não podemos reduzir o espírito de luta e a CONFINTEA apenas à garantia da alfabetização, já que esta é apenas uma parte do processo educacional que precisa ser complementado.

Destacou o papel do Brasil como exemplo de país que está se organizando para a CONFINTEA em um processo de mobilização que envolve todos os atores, e observa que a CONFINTEA não é um evento, mas um processo. Lembrou que o dia 23 de abril é o Dia Mundial do Livro (instituído pela UNESCO) e que neste dia também é aniversário de morte de alguns escritores ilustres, entre eles Miguel de Cervantes, Shakespeare e Inca Garcilaso de La Vega. Observou que a questão do livro na Educação de Jovens e Adultos também é importante porque não se pode pensar em políticas de EJA sem relacioná-las ao acesso ao livro.

5. FALA DE MÁRCIA VALÉRIA LIRA SANTANA:

A professora Márcia Valéria Lira Santana, Secretária de Educação do Estado de Alagoas e também do Conselho de Secretários Estaduais de Educação, CONSED, destacou o número significativo de pessoas que, na Região Nordeste, participa da modalidade EJA e observa a riqueza do momento, onde estão reunidos todos os Estados do Nordeste, na perspectiva de alinhar as propostas e conflitos e converte-los em condutas comuns entre os Estados em benefício de políticas públicas coerentes com as necessidades e desafios da EJA.

6. FALA DE MARLY BRAGA OLIVEIRA:

A professora Marly Braga Oliveira, emissária do MEC/SECAD, fez a leitura de uma carta (Anexo 01) enviada por André Luis de Figueiredo Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, SECAD, na qual justifica o

conteúdo da carta e a ausência no evento dos titulares da referida secretaria. Reafirmou a importância do momento para garantia da oferta e melhoria da qualidade da EJA em nosso país. Ressaltou o empenho que o Ministério da Educação vem tendo em fortalecer o diálogo entre os diversos atores envolvidos com a Educação de Jovens e Adultos, que se expressa na construção do documento norteador da participação do Brasil na CONFINTEA.

7. FALA DE ADEUM HILARIO SAUER:

O professor Adeum Hilario Sauer, Secretário de Educação do Estado da Bahia, fez cumprimentos às pessoas presentes, destacando a professora Fátima Uripia e o reitor da UNEB, Lourivaldo Valentim. Disse que esse encontro se realiza movido pela idéia dos direitos, direito à aprendizagem, dos jovens, dos adultos e que isto está nas leis: a LDB diz que a educação é direito público subjetivo e garante que todos possam freqüentar a escola em qualquer tempo e que temos que tomar o "pulso" e o "impulso" da educação de jovens e adultos.

Lembrou que na Bahia foi lançado um programa muito importante, o Programa Todos Pela Educação (TOPA), porque há municípios na Bahia que possuem mais de 50% da população adulta ainda analfabeta, que este é o maior contingente do Brasil, e observou a correlação existente entre os índices do IDH e as taxas de marginalização e exclusão social. Afirmou que a meta é alfabetizar 1.000.000 (um milhão) de pessoas, mas já foram atendidas 225 mil pessoas na primeira etapa do TOPA. A perspectiva para este ano é de mais 300 mil atendidos. Mas lembrou que é preciso ir muito além da alfabetização, para inserir esta população no ensino regular. Pelo menos 60% destes atendidos têm que ser encaminhados ao ensino regular, o que significa que tem que haver recursos.

Repasseu recomendações do governador Jacques Wagner e afirmou que, caso os participantes do encontro precisem, recorram às pessoas representantes da SEC. Lembrou ainda a palestra que faria, em seguida, o professor Miguel Arroyo. Finalizou agradecendo e desejando bons trabalhos a todos e todas. Disse ainda que esperava que a VI CONFINTEA fosse realizada na Bahia.

8. CONFERENCIA DE ABERTURA: EDUCAÇÃO E APRENDIZAGENS AO LONGO DA VIDA - MIGUEL ARROYO

O professor Miguel Gonzalez Arroyo começou sua palestra perguntando qual deveria ser o nosso "pulso" e o nosso "impulso" neste encontro. A sua fala foi gravada em MiniDV, mas, aqui estão registrados alguns pontos dela.

Ele observou a necessidade de analisar o Documento Base Nacional, elaborado para a CONFINTEA e do qual ele fez parte do grupo de elaboração. Retomou a fala de Adeum Sauer no que se refere a "tomar pulso e impulso" da EJA. Disse que uma boa síntese é olharmos para trás e pensarmos em outros percursos. Organizou sua fala em duas partes: 1) a melhor maneira de tomar pulso é retomar a história e o impulso é aprender as lições desta longa e extensa história; 2) a necessidade de olharmos a história dos sujeitos, jovens e adultos da EJA. Que lições aprender com a história da EJA e com a história dos sujeitos da EJA? Assim, passou a pontuar o seguinte:

- A EJA nos ensinou a ver os setores populares com outros olhares;
- A EJA trouxe uma nova visão da própria Educação. Ela nos ensina que existem outras teorias pedagógicas. Ao longo de sua história a EJA foi um campo fecundo de concepções novas de educação, mas ao tempo em que trás uma riqueza em termos de concepções, enfrenta dificuldades para entrar no campo da educação escolar.
- Que concepções de educação nova trouxe a EJA? A EJA supera a lógica da educação mercantilizada e integracionista; defende a educação como libertação e emancipação e trás uma concepção muito mais radical do que a educação escolar regular, porque é ela que tem ousadia de se apresentar como educação libertadora.
- A visão do conhecimento presente na história da EJA: uma concepção de conhecimento vivo, do conhecimento de si mesmo, não para contemplar, mas para transformar o mundo. Que conhecimento realmente liberta? Fez críticas ao conhecimento curricular, livresco e inútil para os jovens e adultos, etc.

Em relação aos sujeitos da EJA Arroyo destacou a própria história de

marginalização desses sujeitos, uma marginalização esta da qual a própria escola participa de sua produção; e que, no entanto, esses sujeitos têm suas histórias e saberes – que nem sempre a escola leva em consideração. Estes sujeitos, ao exigirem que possam continuar aprendendo ao longo da vida, em qualquer idade, ampliam a própria fronteira dos direitos e a própria função da escola – que precisa se repensar em função dos direitos, das histórias e dos saberes dos sujeitos jovens e adultos.

9. COQUETEL:

Após a exposição do Profº. Miguel Arroyo houve um coquetel na borda da piscina do Hotel Victória Marina.

10. REUNIÃO COM FÁTIMA URPIA, 22h00m, HOTEL VILA VELHA:

Após o coquetel, várias pessoas convidadas de juntaram a alguns membros da Comissão Organizadora do Encontro Regional para uma reunião no saguão do Hotel Vila Vela para discutir e deliberar sobre ajustes e encaminhamentos para o dia seguinte. Foi colocada uma proposta de inversão dos horários de Arroyo e da apresentação do diagnóstico da situação da EJA na Região Nordeste. A proposta foi acatada porque o próprio Arroyo prefere ter acesso a estas informações do diagnóstico para proceder à sua fala. Desta forma ficou acertado que primeiramente Verônica Pessoa apresentaria o Diagnóstico Regional, às 09h00min, e depois Miguel Arroyo faria a sua fala às 10h00min.

Decidiu-se ainda que o debate que viria depois da fala de Arroyo deveria ser disciplinado da seguinte forma: deveriam ser garantidas as duas formas de participação, a inscrição por escrito e a fala, com limite de tempo de 1 minuto, para perguntas. A coordenação da mesa ficou a cargo de José Rubens, da Secretaria Municipal de Maceió, ALAGOAS.

Em relação à leitura e aprovação do Regimento ficou claro que este não precisava ser DISCUTIDO e APROVADO, já que é o mesmo regimento para todos os encontros os encontros estaduais e regionais. Seria preciso apenas que alguém fizesse a leitura do mesmo. Esta tarefa ficou sob a responsabilidade de

Roseane Santos, aluna de EJA, de Teixeira de Freitas, BA.

Este item do regimento possibilitou uma discussão sobre o caráter do evento e das discussões que nele iriam acontecer. O professor Josemar Martins (Pinzoh), do DCH III/UNEB, suplente de delegado pelas universidades e convidado ao evento para contribuir na relatoria do mesmo, observou que o detalhe do Regimento (que deve apenas ser lido, “comunicado”, porque já foi definido e aprovado em alguma outra instância “superior”) indica claramente como a estrutura dos encontros já foi amarrada de cima para baixo, de forma tal que sequer sabemos que tipo de “democracia” é esta. Dizer que estas discussões preparatórias estão sendo democráticas e que “todos” estão participando é uma verdade parcial, pois boa parte do que se considera importante a ser discutido e a própria forma como isso deve ser feito, já foi definido.

Daí seguiu-se uma discussão sobre o caráter dos trabalhos e das discussões no Encontro Regional, já que tudo indica que o próprio Documento Base Nacional já está pronto, inclusive porque já está publicado no portal do MEC, e já conta até com um Diagnóstico Nacional feito a partir de São Paulo. Para o professor Josemar Martins (Pinzoh), a questão é saber, portanto, diante desta circunstância, qual é o sentido de manter as discussões presas à estrutura temática do documento. Por um lado, a sensação é de que estamos desperdiçando trabalho – embora se deva considerar o caráter de articulação do encontro. Por outro lado, a própria estrutura do documento parece engessar a discussão. Ele então pergunta: diante da possibilidade de nossas discussões não servirem para qualificar o documento nacional, qual deveria ser o rumo de nossas discussões? Poderíamos pelo menos ser mais coerentes com nossas problemáticas, sem estar presos à estrutura temática do documento?

Como o grupo não possui as informações suficientes a este respeito, seguiu-se a indicação sobre as pessoas que ficariam coordenando e fazendo a relatoria dos trabalhos dos Grupos de Trabalho. Os dados mais específicos dessas atribuições seriam anunciados antes de se iniciarem os trabalhos no dia seguinte.

DIA 24 DE ABRIL DE 2008

AUDITÓRIO DO HOTEL VILA VELHA

PARTE DA MANHÃ:

1. INICÍO DOS TRABALHOS

Os trabalhos foram iniciados com o credenciamento dos participantes e o recebimento do material do encontro. Na seqüência, Arlene Malta (representante da Secretaria Estadual de Educação-SEC/BA), saudou a todas e todos, renovando as boas vindas e desejando um dia frutífero de discussões. No momento, realizou, também, a apresentação das Delegações de cada Estado da Região Nordeste, inclusive, ressaltando a importância do encontro para a política de EJA. Por fim, tratou de expor a metodologia de trabalho prevista para a manhã.

Oportunamente, a professora Arlene Malta convidou ao aluno da Educação de Jovens e Adultos, Jurandir, que presenteou a todos e todas com uma apresentação cultural, cantando a música do repertório de CD de sua autoria.

Na intenção de possibilitar a socialização de alguns informes, a representante da SECAD/MEC, Marly Braga, teceu esclarecimentos sobre o Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, que será realizado em Brasília, no período de 28 a 30 de maio do corrente. Em seguida, explicou os encaminhamentos necessários para a prestação de contas dos 05 Delegados financiados pelo Ministério da Educação para o Encontro Regional, bem como para os 10 Delegados que participarão do Encontro Nacional.

2. APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA REGIÃO NORDESTE

A professora Verônica Pessoa da Silva, iniciou sua apresentação situando ao grupo sobre os aspectos que seriam discutidos no texto consolidado do Diagnóstico Regional. Em seguida, esclareceu que este documento resulta de um processo de construção coletiva, com dados advindos dos Encontros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, preparatórios à VI CONFINTEA (Conferência Internacional Sobre Educação Para Adultos), ocorridos na Região Nordeste, nos meses de março e abril de 2008, nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará,

Maranhão, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

Explicitou, assim, a dimensão do protagonismo no papel que cada Estado teve, cuja contribuição tornou-se essencial para a materialização do que ora apresenta. Recuperou o percurso histórico de construção do diagnóstico e destacou a participação dos grupos/Estados na oficina de formação e análise de dados, promovida pelo Ministério de Educação, e a indicação de um roteiro preliminar, pela equipe de Consultoria Regional, como eixo organizador do diagnóstico. Rememorou, igualmente, os conceitos de Diagnóstico, Monitoramento e Avaliação, que são referências para o trabalho em questão.

No que se refere ao Diagnóstico Regional, estruturou a apresentação a partir dos seguintes dados: a) Caracterização da Região Nordeste, Dados Gerais sobre a Região (dados populacionais, dados econômicos – Inter-Regiões e Intra-Regiões), b) Dados Educacionais (por sexo, faixa etária, cor/raça, por situação de domicílio); Analfabetismo Funcional (por sexo, faixa etária, cor/raça, por situação de domicílio), Escolaridade Média (por sexo, faixa etária, cor/raça, por situação de domicílio); Demanda de EJA, Índice de Fragilidade Educacional de Jovens e Adultos - IFEJA, c) Oferta Educativa em EJA (matrículas por Regiões do Brasil, Região Nordeste, Matrícula (por faixa etária, por dependência administrativa), Número de escolas que ofertam a EJA, Rendimento Escolar (taxa de aprovação, taxa de reprovação, evasão, nos Ensinos Fundamental e Médio), Programa Brasil Alfabetizado (matrícula, turmas cadastradas, tipo de parceiros, alfabetizando por faixa etária e por situação de emprego) e d) Qualidade na oferta de EJA (funções docentes por nível de formação, população que frequenta os cursos de EJA), Outras formas de oferta nos Estados e Currículo da EJA.

Por fim, registrou as ausências sentidas nos Diagnósticos Estaduais, tais como: discussão mais específica sobre a questão do Semi-árido; indicações sobre o financiamento da EJA nos Sistemas e Programa; análise mais específica sobre a Educação do Campo e suas especificidades; indicações sobre a atuação da EJA na perspectiva da intersetorialidade; programas realizados que articulam a dimensão entre educação e trabalho; experiências em Educação Especial e Indígena; forma de articulação com as redes públicas para continuidade dos

estudos; formas de inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) nas propostas pedagógicas, etc.

Os dados foram apresentados trazendo os índices, nos mais diferentes cenários, (re)significando-os à luz do contexto da EJA na Região Nordeste. Ao final de sua exposição, a professora Verônica Pessoa da Silva colocou-se à disposição para os esclarecimentos que se fizessem necessários, predispondo-se para o debate. Finalizou com os devidos agradecimentos ao Ministério da Educação, através da SECAD, a oportunidade de aprendizado e à confiança depositado no trabalho. Encerrou sua fala com uma breve homenagem ao Prof. João Francisco de Souza, recentemente falecido.

3. *ALGUNS PONTOS DA FALA DE MIGUEL ARROYO*

Miguel Arroyo, em sua fala, se propôs a dar dicas sobre a leitura do documento. Afirmou que os dados estatísticos da Região Nordeste, apresentados pela professora Verônica, são fortes. A fala dele se ateve aos 4 eixos do documento e disse que nossas discussões e dados devem completar o documento nacional.

Reafirmou a EJA como direito e não como suplência, visão presente na maioria das ações e dos programas, e diz que é preciso criar uma cultura que situe a EJA no campo dos direitos humanos básicos, em uma concepção ampla de direito, e ampliar a concepção de educação como formação plena do ser humano. A LDB ampliou a noção de educação, que é um direito básico de todo ser humano, por isso há a necessidade de tratar o direito à educação na especificidade do tempo humano, (perspectiva geracional) e todo tempo humano é tempo de educação, de formação e informação. O que importa não é o tempo da escola, mas o tempo humano que vivemos, que é sempre tempo de aprender.

Fez referência à falta de um diagnóstico que defina o que há de formativo e de deformativo na Educação de Jovens e Adultos, em relação ao tempo de formação dos jovens e adultos. Lembrou a necessidade de romper com a adolescentização da EJA – pois os dados indicam uma crescente presença de jovens e adolescentes na EJA (juvenização, adolescentização). Neste ponto ele defende

que esses jovens e adolescentes não deveriam estar na EJA. Esse dado indica uma necessidade de repensar o sistema de ensino, principalmente o ensino regular, pois é este que expulsa os jovens e adolescentes que vão parar na EJA.

O professor também destacou o tempo específico da juventude, como um tempo de intensa participação, de intenso protagonismo, mesmo que seja pelo negativo, pela droga, pela indisciplina, uma espécie de "protagonismo negativo", e pergunta: como trabalhar esse "protagonismo negativo" e transformá-lo em "protagonismo positivo"?

Houve, neste sentido, um destaque para a questão da diversidade. Ele afirmou que a diversidade é uma riqueza que não pode ser ignorada pelo currículo e pela escola. A escola adora transformar os sujeitos em bobos, fazendo-os representar coisas irreais, apesar de haver uma realidade (exemplo: representar índio e camponês, numa fantasia estereotipada, quando de fato existem índios e camponeses que não batem com esta representação). É uma folclorização! A escola não está acostumada a lidar com o diferente, com a diversidade; queremos sempre transformar a diferença em desigualdade. A igualdade deve respeitar a diversidade, pois a diversidade ainda é tratada como inferioridade, a educação tem que quebrar esta lógica, que produz os "coletivos segregados".

A pedagogia fala de "diversidade regional", como se a diversidade fosse apenas regional, local; como se o Brasil e o mundo não fossem constituídos de diversidade. Esta diversidade aparece de forma meramente representacional e estereotipada, tipo baiana, acarajé, etc. Na maioria das vezes esta estereotipização acaba servindo para diminuir, para marginalizar aquilo que chamamos de "diverso", de "diferente", que acaba virando "exótico" ou "folclore", etc. Assim nós reforçamos a tendência de converter os diferentes em desiguais.

Mas, afirma o professor, apesar da grande demanda por mudanças, a educação sozinha não dá conta de todos os problemas e por isso deve ser integrada a outros projetos. Disse que também devemos criar espaços para o debate da EJA, e para isso os fóruns deveriam ser fortalecidos. Além disso, as universidades devem se preocupar em oferecer formação específica para EJA, incluindo os professores também como sujeitos da EJA.

4. DEBATE

Nas intervenções que se sucederam à fala do professor Miguel Arroyo surgiram os seguintes questionamentos/reflexões:

1) destaque para a importância de uma leitura crítica dos dados, para uma leitura da realidade de Nordeste, fortalecendo as ações da EJA; ressalta a necessidade de pesquisas na área da formação de educadores à luz do diagnóstico apresentado.

2) observação para o fato de que, pelo menos em parte, nossas *diferenças* residem nas nossas condições de *desigualdade*. Isso impõe o desafio de pensar o ponto mais delicado, que é aquele de saber quais seriam as diferenças que são produções das condições de desigualdades. Se as condições de desigualdades são produtoras do que foi nomeado como “protagonismo negativo” (portanto também produtoras da *diferença*) ao reduzirmos as condições de desigualdade não significa também interferir na *diferença* e reduzir a margem de *diferença* dos sujeitos até então marginais? Porque, de todo modo, educar significa trazer as pessoas que estão nesse “protagonismo negativo” para o “lado de cá” (“protagonismo positivo”), dando condições de pertencimento à sociedade. Esse não é o ponto mais complicado e que exige que pensemos melhor sobre tais circunstâncias?

3) faz referência sobre o processo de construção do documento base nacional e questiona: que forças atuaram para que o documento não avançasse? Por que o documento não avançou e em que ele avançou?

4) rememora a fala do Arroyo em relação à diversidade e afirma que ela não é efervescente no Brasil; menciona a questão da auto-rejeição dos negros como uma construção histórico-social; cita a importância da Lei 10.639/03, que prevê a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial dos ensinos fundamental e médio a temática "História e Cultura da África e Afro-Brasileira".

5) tece comentários sobre a presença das “grades” curriculares no engessamento

do ensino superior e questiona: por que os currículos não avançam nas universidades? Reflete sobre a formação inicial oferecida pelas Universidades e afirma que esta não consegue formar professores para atuar na especificidade da EJA.

6) trás à memória o texto do Documento Base Nacional no eixo da intersetorialidade da EJA e argumenta sobre a mudança na estrutura do texto que, anteriormente, trazia afirmações (na perspectiva de apresentar respostas), e que, posteriormente, muda de foco, passando a levantar grandes questionamentos sem a necessidade de indicar respostas. A partir disso indaga sobre a intencionalidade e a razão desta mudança no texto do documento.

7) parabeniza pela apresentação do diagnóstico e afirma a necessidade de incluir outras experiências de alfabetização desenvolvidas nos Estados do Nordeste. Solicita esclarecimentos sobre o item Educação e Trabalho tratado no Documento Base Nacional.

8) também parabeniza o trabalho de síntese do diagnóstico regional e ressalta a importância do mesmo como elemento elucidador da realidade do Nordeste. Pergunta a respeito da formação de professores indígenas questiona se Arroyo tem conhecimento da existência de outros espaços formativos.

9) Ressalta a importância das Histórias de Vida na construção do currículo da Educação de Jovens e Adultos.

5. REFLEXÕES A PARTIR DOS QUESTIONAMENTOS DA PLENÁRIA

- 1) **Verônica Pessoa:** Em resposta às reflexões postas à consultora do MEC/SECAD, esclarece sobre a primeira questão levantada, que conhece outros projetos de alfabetização, a exemplo do “Todas as Letras”, da CUT, e reconhece a sua importância. Todavia, dados como este não foram incorporados ao Diagnóstico Regional porque não foram encaminhados pelos Diagnósticos Estaduais. Lembra que o documento por ela apresentado corresponde a uma síntese dos dados recebidos e que, para

garantir legitimidade, teve que ser fiel ao material a que teve acesso. Sobre a segunda questão, que trouxe o questionamento pela não inclusão dos dados referentes ao ano de 2007 pela consultoria, esclarece que o roteiro norteador para elaboração dos diagnósticos estaduais assumiu como recorte para a pesquisa o período de 1999 a 2006. Coloca também que houve uma mudança na base de dados do Censo Escolar em 2007 que daria outras leituras ao diagnóstico, motivo pelo qual não foi incluído para análise o ano em discussão.

- 2) **Miguel Arroyo:** É preciso integrar “os do lado de lá” ao “lado de cá” (pólo de protagonismo positivo, sociedade escolarizada, racional, regulada pelos direitos e deveres tutelados pelo Estado, etc.) desde que não reduzamos a “diferença” do “diferente” a uma coisa menor, desigual, estereotipada. Na verdade a solução seria evitar pensar em dois pólos opostos, e reconhecer que o “pólo negativo” não é um pólo negativo, que esse pólo não existe, e que não existe um “protagonismo negativo”, mas apenas a “diferença”, apenas modos diferentes de produzir a vida.

Afirmou que o Documento Base Nacional avançou. Registrou que todo processo de construção é movido por momentos de tensões, o campo da EJA é um campo de tensões. Precisamos reconhecer, todavia, que ainda não era o que desejávamos, não era aquilo tudo que precisa ser dito. Também, nem sempre é possível dizer tudo, a dinâmica, a vida, a história, as pessoas, são maiores que aquilo que pode ser registrado em um documento.

PARTE DA TARDE:

No horário da tarde, os trabalhos foram iniciados às 14h00min. O encontro deu-se no auditório, onde foi realizada a divisão dos grupos por eixos de trabalho. A dinâmica seguiu a orientação de que os grupos ficariam reunidos até às 17h00min. A partir deste horário foi realizada uma pausa para o lanche e às 17h30min, os grupos retornaram aos trabalhos que se estenderam até 19h00minh.

Como encerramento desta etapa, todos foram convidados para comparecer ao hall da piscina do Hotel, onde foi realizada uma apresentação cultural. Dois grupos fizeram uma bela, animada e comovente apresentação. Da primeira participaram duas alfabetizadoras do MOVA Brasil, Luciana Moura (Cantora) e Jocélia Fonseca (Poetisa) com recital de poesias sobre o universo feminino e músicas que retratavam o universo dos trabalhadores e trabalhadoras do Movimento dos Sem Teto da Bahia. A segunda apresentação se deu com a participação do grupo Samba de Roda Renascer, do Quingoma, composto por 30 educandos da EJA, Coordenados por Rejane Pereira Rodrigues. O grupo de jovens, adultos e idosos, moradores de uma comunidade de origem Quilombola do município de Lauro de Freitas (Região Metropolitana de Salvador), tem atuado na recuperação do samba de raiz, além de outras questões relativas à história e a vivência da comunidade. Em decorrência desse trabalho, os participantes, em sua maioria, ingressaram no processo de alfabetização programa do TOPA – Todos pela Alfabetização, circunscrito no Programa Brasil Alfabetizado.

DIA 25 DE ABRIL DE 2008

AUDITÓRIO DO HOTEL VILA VELHA

PARTE DA MANHÃ:

Os trabalhos foram por volta das 08h00minh. Os grupos continuaram reunidos por eixo temático, com vistas a discussão dos desafios e das recomendações a partir das discussões referentes ao Documento Base. Esta etapa durou até 11h30m. Após esta etapa, tivemos uma apresentação cultural do grupo de teatro Acorda Menina, pertencente a ONG GAPA-BA (Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS). O grupo era composto por 8 jovens-mulheres, cujo teatro trouxe para o palco das discussões temáticas como gênero, prevenção da gravidez e da DST/AIDS na adolescência, violência contra a mulher e Lei Maria da Penha, entre outros, coordenador por Lara Vilaça. Atuam na perspectiva da arte-educação, apresentando-se nas comunidades e escolas de Salvador, por meio de

parcerias, colocando-se, ainda, a disposição para outros convites.

PARTE DA TARDE:

Por volta de 13h00m, teve início a plenária das deliberações. Os delegados foram identificados com cartões de cor branca para proceder às votações dos itens relativos ao Documento Base. Deste processo resultaram as seguintes questões:

a) GRUPO “SUJEITOS DA EJA”

RELATORES: Gilmar Alves da Silva (Piauí)

Irani da Silva (Alagoas)

Joelma Carvalho Vilar (Sergipe)

PERFIL DO GRUPO

O grupo foi formado por professores, alunos, pedagogos e técnicos em educação das redes municipal, estadual e federal, como também representantes de Ong's e Movimentos Sociais. Foi composto por aproximadamente 30 integrantes dos nove Estados do nordeste brasileiro, tendo presença predominantemente feminina. Os representantes de cada localidade desempenharam a função de delegado ou de ouvinte. Uma representante do Estado de Alagoas (Irani da Silva) assumiu o papel de coordenação do grupo, outro do Piauí (Gilmar Alves da Silva) e outra do Estado de Sergipe (Joelma Carvalho Vilar) assumiram a relatoria. (A coordenação geral do encontro já dispõe da lista de componentes do grupo).

Todos os representantes dos Estados tiveram participação efetiva nas discussões dos diferentes temas tratados no Documento Base preparatório para a CONFITEA. O eixo temático do grupo foi SUJEITO DA EJA. Os trabalhos foram realizados em dois largos períodos. No primeiro dia (24.04.08) as atividades ocorreram aproximadamente das 15h às 19h. No segundo dia (25.04.08) das 8h45 às 12h.

DINÂMICA DO GRUPO

A dinâmica de trabalho pode ser brevemente descrita:

A coordenadora Irani fez a leitura de cada item do Texto Base Preparatório para a CONFITEA, e durante a leitura cada Estado apresentava as sugestões para alteração do texto. A relatora Joelma ordenou as informações e registrou os resultados da votação do grupo. O relator Gilmar digitou o texto alterado pelo grupo no computador.

No primeiro dia de trabalho, tarde de quinta-feira, os problemas técnicos no computador dificultaram o registro dos resultados das discussões do grupo, provocando atraso na conclusão das atividades, já que as sugestões trazidas pelos Estados foram feitas através de leitura oral e com a ajuda do quadro branco. A troca do equipamento informático deu ao grupo um melhor ritmo de trabalho naquela tarde. No segundo dia, manhã de sexta-feira, com o bom funcionamento do computador a atividade foi realizada com normalidade.

Sobre a construção final do texto é possível afirmar que cada item foi lido, discutido e algumas vezes reelaborado, alcançando uma redação coerente e compatível com a opinião majoritária do grupo. Em alguns itens foram sugeridas supressões, alterações na ordem de apresentação do texto, substituições e acréscimos de itens ao texto original. Todas essas alterações foram definidas pela votação, assinalando uma experiência de exercício da atividade democrática.

Os momentos de votação foram marcados algumas vezes pela divergência de opiniões e outras pela consonância de posicionamentos políticos. Estes momentos conflitivos contribuíram para a formulação dos resultados apresentados no texto.

Todos os Estados se destacaram pela intensa participação nos debates realizados, era evidente um ambiente de diálogo e integração entre os participantes deste grupo. Mesmo expressando opiniões diversas e muitas vezes antagônicas, o clima de cordialidade e respeito mútuo esteve presente em toda dinâmica de trabalho intelectual.

É importante destacar a presença ativa de representantes dos Estados na condição de ouvintes, tendo o direito a participação ativa nas discussões, mas abstendo-se do exercício do voto; assim como reza o Regimento preparatório para CONFITEA.

As questões apresentadas no título RECOMENDAÇÕES foram feitas ao final de toda atividade do grupo, manhã de sexta-feira. Nelas estão enfatizadas assuntos que o grupo considerou relevante como a questão de gênero, da educação especial e da diversidade. Ainda é preciso destacar que por ocasião da falta de tempo, devido aos problemas no computador do dia anterior e ao atraso para iniciar as atividades daquela manhã, alguns itens das RECOMENDAÇÕES não foram discutidos e aprovados pelo grupo. Em votação foi aprovado que na plenária geral, com os demais grupos temáticos, seria feita uma mais aprofundada leitura e discussão para aprovação dos textos sugeridos.

Para finalizar este pequeno relato dos trabalhos realizados pelo Grupo SUJEITO DA EJA, convém ressaltar a importância da conferência proferida pelo educador Miguel Arroyo, pois que suas formulações teóricas orientaram as discussões do grupo. As referências aos conteúdos trazidos por este educador estiveram presentes nos debates, uma demonstração disso foi a inclusão de um item referente ao **sujeito professor** no TEXTO BASE, identificando-o como **sujeito da EJA**. De fato, essa consideração epistemológica demonstra o avanço teórico do grupo para pensar a EJA e seus SUJEITOS.

A. Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

1. Diante do quadro diagnóstico que se apresenta da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, muitos desafios devem ser enfrentados, o que exige tratar de aspectos conceituais que sustentam modos de formular e compreender este diagnóstico e que, mais do que isto, orientam políticas públicas de Estado.
2. Primeiramente cabe abordar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos, que entende educação como direito de aprender, de ampliar conhecimentos ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar. Em outras palavras, os adultos passam a maior parte da sua vida nesta condição, e muitas são certamente as situações de aprendizado que vivenciam em seus percursos formativos.
3. Tratar a EJA como direito significa reafirmar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, para a qual a educação constitui direito fundamental da pessoa, do cidadão; mais do que isto significa criar, oferecer condições para que esses direitos sejam, de fato, exercidos. Desde o final da primeira metade do século XX, os sistemas nacionais de educação vêm decidindo seus rumos e filosofia a partir da prioridade política assumida por todos os Estados-nação que assinaram a referida Declaração. Entre nós, brasileiros, só em 1988 o direito à educação para todos voltou à Constituição Federal, devendo-se abandonar, portanto, qualquer lógica de oferta de atendimento como “oportunidade” e “chance” outorgadas à população. Como direito, a EJA é inquestionável e por isso tem de estar disponível para todos, como preceituado pela Constituição Federal.
4. EJA é espaço de tensão e aprendizado em diferentes ambientes de vivências, que contribuem para a formação de jovens e de adultos como sujeitos da história. Negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços; mulheres, homens; jovens, adultos, idosos; quilombolas, **ciganos**, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores, agricultores; trabalhadores ou desempregados — de diferentes

classes sociais; origem urbana ou rural; vivendo em metrópole, cidade pequena ou campo; livre ou privado de liberdade por estar em conflito com a lei; pessoas com necessidades educacionais especiais – todas elas instituem distintas formas de ser brasileiro, que precisam incidir no planejamento e execução de diferentes propostas e encaminhamentos para a EJA.

5. A consciência do direito à educação cresce entre a população jovem e adulta excluída do sistema escolar, e faz com que suas demandas sejam consideradas na conformação de projetos político-pedagógicos e de políticas públicas a eles destinadas. Quem são esses sujeitos? Como se expressam no mundo? Onde estão no território brasileiro? O que fazem? Como produzem a existência? Quais são seus desejos e expectativas? Que projetos de vida manifestam? **Esses sujeitos participam da elaboração das políticas públicas?**

6. Pensar sujeitos da EJA é trabalhar com e na diversidade. A diversidade se constitui das diferenças que distinguem os sujeitos uns dos outros – mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com necessidades especiais, indígenas, **grupos GLBTTTs (gays,lésbicas, bissexuais,transsexuais e transgêneros, travestis)** afrodescendentes, descendentes de europeus, de asiáticos, entre outros. A diversidade que constitui a sociedade brasileira abrange jeitos de ser, viver, pensar — que se enfrentam. Entre tensões, entre modos distintos de construir identidades sociais e étnico-raciais e cidadania, os sujeitos da diversidade tentam dialogar entre si, ou pelo menos buscam negociar, a partir de suas diferenças, propostas políticas. Propostas que incluam a todos nas suas especificidades **incluindo as parcelas mais marginalizadas tais como: moradores de rua, catadores de lixo, prostitutas, carvoeiros, quebradeiras de coco e outros.** Sem, contudo, comprometer a coesão nacional, tampouco o direito garantido pela Constituição de ser diferente.

7. A desigualdade tem sido a marca da diversidade em nosso país, conforme demonstrado no diagnóstico anterior. Para 49,5% da população, por exemplo,

constituída por negros (pretos e pardos), e por 0,3% de indígenas, fazer valer seus direitos na prática é resultado de lutas encabeçadas por movimentos sociais.

8. A EJA, na medida em que afirma a igualdade de todos como sujeitos de direitos quebra a lógica de que uns valem mais do que outros, enfrentando as desigualdades como desafios a serem superados pela sociedade brasileira. Potencializar a diversidade na educação pode contribuir para transformação social e para a formulação de propostas educativas que ponham esses sujeitos de energia, imaginação e criatividade no centro, com seus desejos, necessidades e expectativas de educação — um dos meios imprescindíveis à humanização não só de suas vidas, como de toda a sociedade brasileira.
9. A diversidade transformada em desigualdade tem assumido um duro papel para a cidadania em toda a história brasileira. Considerada a sociedade de classes, hierárquica e autoritária que constituiu a nação, há exigência de políticas de Estado para superar a desigualdade.
10. A produção de uma política pública de Estado para a EJA, centrada em sujeitos jovens e adultos com a expressão de toda a diversidade que constitui a sociedade brasileira é responsabilidade de governos e da sociedade com todos os seus cidadãos, de maneira a superar as formas veladas, sutis e explícitas de exclusão de que a desigualdade se vale.
11. A EJA, como espaço de relações intergeracionais, de diálogo entre saberes, de compreensão e de reconhecimento da experiência e da sabedoria, tensionadas pelas culturas de jovens, adultos e idosos tem, muitas vezes, essas relações tratadas como problemas. As formas de expressão conflituam com padrões homogêneos, exigindo acolher a discussão de juventudes, do tempo de vida adulta e de velhices, no plural.
12. O Brasil ainda é um país jovem, e dessa cultura é preciso dar conta. Grupos jovens têm questões próprias, ligadas às formas de ser e de estar no mundo, de

expressar suas juventudes, sua cultura, seus desejos e sonhos futuros. Formas de ser constituídas, também, na luta cotidiana no mundo do trabalho e da sobrevivência, na exposição às vulnerabilidades sociais de violência, vítimas de altos índices de homicídio — situações que contribuem para afastá-los da possibilidade de acesso e permanência na escola e de torná-los sujeitos de processos de formação e de humanização. O reconhecimento de maciça presença de grupos etários integrantes da categoria histórica jovem, de juventudes nos processos educacionais, tem sido denominado de juvenilização da EJA, imprimindo também a necessidade de foco sobre esses sujeitos nas ofertas educativas.

13. Idosos começam a representar um número bastante significativo na população brasileira e tenderão a representar cada dia mais, face ao aumento da expectativa de vida (vive-se mais, portanto) e ao envelhecimento considerável de um significativo contingente de população. Em decorrência dessas constatações, o Brasil (**somente no final do século XX**) começa a compreender a importância de se preocupar com a qualidade de vida e com os direitos dos brasileiros com 60 anos e mais, haja vista a aprovação do Estatuto do Idoso. Por um lado, a existência de idosos que não se escolarizaram, ou nem se alfabetizaram, no país, ainda responde por grande parte do contingente não-alfabetizado. Por outro, a concepção do aprender por toda a vida exige repensar políticas que valorizem saberes da experiência dos que, não mais vinculados ao trabalho, podem continuar contribuindo para a produção cultural, material e imaterial da nação brasileira, com dignidade e autonomia, mudando-se a tendência histórica de relegá-los ao ócio e a atividades pouco criativas e que não possibilitam assumir compromissos sociais com o legado de uma vida, na transmissão da herança cultural.

14. A EJA também é constituída, predominantemente por jovens e adultos residentes nas periferias urbanas. O mapa do analfabetismo e dos sujeitos pouco escolarizados se confunde com o mapa da pobreza em nosso país. Encontram-se nas periferias urbanas, índices e situações humanas mais

degradáveis, dentre as quais precárias condições de moradia, de saneamento básico e insuficientes equipamentos públicos como postos de saúde, escolas, praças, agravados com o crescente nível de violência. De lá também se acompanha o surgimento de iniciativas comunitárias que levam milhares de jovens e adultos a participar de atividades culturais e econômicas criando identidades e expressando a diversidade ali existente.

ACRESCENTAR:

15. Os sujeitos da EJA, presentes na Educação do Campo, trazem consigo baixo nível de escolaridade marcado também pelo fracasso do ensino formal, bem como pelo fechamento indiscriminado das escolas da zona rural. Aliado a este quadro, soma-se a constante negação da produtividade econômica e cultural campesina que acaba forçando esta população a constantes migrações. O reconhecimento desses sujeitos enquanto portadores de uma cultura que precisa ser re-apropriada e re-significada no processo de construção pedagógica, fundamentada em seu contexto social na perspectiva de atender às necessidades sócio-econômica, política e cultural da juventude e do adulto do campo.

15. Encarar na EJA a diversidade como substantiva na constituição histórico-social-cultural e étnico-racial brasileira exige superar como únicos ou superiores o padrão físico, a mentalidade, a visão de mundo, a ética de raiz européia, branca, que têm favorecido grupos sociais, privilegiando-os tanto economicamente como nas possibilidades de influir nas decisões políticas sobre os rumos da sociedade. Exige superar preconceitos que reforçam as desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. Exige reeducar as relações étnico-raciais, tal como prevê a atual legislação.

16. Em todos os níveis e modalidades de ensino, as relações entre estudantes e entre eles e seus professores reproduzem relações sociais e étnico-raciais, presentes no dia-a-dia de todos os brasileiros. São conhecidas as discriminações que sofrem indígenas e negros, em virtude de seu pertencimento étnico-racial, de seu fenótipo, de suas condições de vida e de

sobrevivência. Preconceitos, forjados a partir de estereótipos, de visão distorcida do universo indígena, das raízes africanas informam julgamentos depreciativos que geram e/ou reforçam desvantagens materiais e simbólicas. Os movimentos negros brasileiros, ao longo do século XX, fizeram denúncias, apresentaram críticas à sociedade e propostas aos sistemas de ensino. Muitas reivindicações foram atendidas e incorporadas aos textos legais e a partir daí princípios, referências para a formulação de políticas educacionais, de propostas pedagógicas, de planos de ensino e diretrizes curriculares passaram a orientar a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

17. As relações de gênero no país têm sofrido mudanças consideráveis nas últimas décadas e as mulheres avançaram em direitos nos muitos aspectos da vida cotidiana – trabalho, educação, saúde, moradia, segurança —, em particular, com estratégias de sobrevivência ao machismo. Com muitas questões a enfrentar como, por exemplo, a desigualdade salarial entre homens e mulheres na mesma função profissional, pode-se dizer que, entretanto, no campo educacional, só as gerações mais velhas ainda revelam a discriminação de há 60-70 anos contra as mulheres, quando não merecia importância a ida à escola, o saber ler e escrever, o conhecimento sistematizado. Nas gerações mais novas, a tendência tem sido inversa, observando-se um número superior de mulheres que acessam a educação, em relação aos homens. Muitas mulheres vivem problemas de duplas jornadas e, também, de assumirem sozinhas a chefia da família uniparental, em que a mulher garante o sustento e a educação dos filhos com o trabalho, sem que, muitas vezes, possa educar-se, seja pelo tempo escasso, seja pelos horários de oferta inadequados à realidade de vida dessas famílias.
18. **O Estado brasileiro** ainda não reparou iniquidades e desigualdades provocadas pela lógica dos latifúndios, retomada pela apropriação, por parte do agronegócio, da exploração da terra. O uso e posse da terra têm sido objeto de lutas históricas de diferentes movimentos dos povos do campo. Defendem um

projeto de desenvolvimento do campo em outro projeto de nação. As lutas pelo direito à educação se articulam às lutas pela terra e pela preservação da cultura camponesa, afirmadas nas conferências nacionais e nas diretrizes da educação do campo. Não mais a educação no campo, mas a educação do campo, vista como espaço de vida, culturas, saberes e identidades.

19. No que concerne aos direitos das pessoas com necessidades educativas especiais, à defesa da educação inclusiva e ao direito à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), é reconhecida a presença significativa dessas pessoas na EJA, que desafiam políticas públicas educacionais quanto ao cumprimento do respeito às suas especificidades.
20. Os 227 povos indígenas brasileiros, falantes de 180 línguas, por determinação da Constituição de 1988, passam a ter reconhecidos e respeitados o direito a seus territórios, a suas especificidades étnicas, socioculturais, a suas organizações políticas e, com apoio na lei maior, buscam determinações legais necessárias para terem atendidas suas metas, particularmente no tocante à educação escolar e superior indígenas. Contemporaneamente, as organizações de povos indígenas têm ocupado lugar no cenário brasileiro, especialmente no que diz respeito à educação de sua gente e à formação de seus educadores buscam garantir o direito a manter e disseminar a herança educativo-cultural que os forma como grupo humano diverso: o bilingüismo, que reconhece e valoriza línguas nativas; a interculturalidade, própria do projeto de educação indígena, princípio educativo para a formação de cidadãos — importantes contribuições para a educação brasileira.
21. Tanto os remanescentes de quilombos formados durante a escravidão, como os quilombos constituídos em outras datas e circunstâncias têm assegurado na lei, nos termos da Constituição Federal de 1988, o direito às terras que historicamente ocupam, aos territórios e expressões materiais e imateriais que vêm construindo. No tocante à educação, programas e projetos procuram preservar e valorizar marcas de suas culturas, destacando a importância da

resistência de afrodescendentes à escravatura e mantendo tradições e concepções de mundo resguardadas durante anos em agrupamentos zelosos de seus saberes e de seu conhecimento. Processos educativos em quilombos, oferecidos pelos sistemas de ensino ainda devem superar o caráter assimilacionista.

22. A tutela do Estado em relação a internos penitenciários tem sido um aspecto muito questionado pela sociedade, quanto ao custo de manutenção de sujeitos privados de liberdade, por um lado, e pelas condições indignas de vida a que estes são submetidos, como uma “pena” complementar à condenação da justiça, por outro. A responsabilidade constitucional do Estado com a educação para todos não exclui ninguém, nem internos penitenciários, e especialmente estes, privados de escolhas, porque mantidos em cárcere. Mas a educação, quando ofertada em presídios, compete com o trabalho, e em desvantagem: pelo trabalho há remuneração financeira de que precisam internos e suas famílias, além do que é visto como saída para manter internos ocupados, e medida de ressocialização. A remição de um dia de pena pela educação, quando existe, exige 18h de estudos, enquanto o trabalho faz a remição de um dia para cada três trabalhados. A rede de escolas em presídios, onde existe, tem pouca visibilidade social, ainda que algumas com atividades há cerca de 30 anos sem, entretanto, atender a todos os internos que constituem potencial demanda, e com pouca expansão da oferta. Durante o tempo de privação da liberdade, a educação pode ser alternativa real de vida, consolidando um dos muitos direitos não garantidos à maioria dos sujeitos presos.

ACRESCENTAR:

23. Os professores que atuam em EJA, reconhecidos como sujeitos educativos, em sua maioria, não possuem uma formação que atenda às especificidades dessa modalidade no que diz respeito à compreensão da diversidade dos sujeitos educandos e do currículo. Para a valorização desses profissionais deve-se:

- Estabelecer critérios de admissão que contemplem as necessidades dos sujeitos dessa modalidade;
- Garantir uma política de formação inicial e contínua voltada especificamente para atuação em EJA para todos os professores das diversas licenciaturas;
- Oferecer as condições dignas de trabalho e recursos didáticos adequados e suficientes;
- Garantir a política de valorização profissional através do plano de cargos, carreira e vencimentos.

RECOMENDAÇÕES - SUJEITOS DE EJA:

1. Deve ser garantido cumprimento da oferta de escolas em todas as unidades penitenciárias. Que trabalhadores e gestores penitenciários sejam reconhecidos como sujeitos da EJA, na perspectiva da efetivação da tarefa da reintegração social da pessoa apenada.
2. Garantir aos apenados, o direito à aprendizagem, implementando políticas educacionais que respondam às suas reais necessidades além de equiparar a equivalência dos dias de aula com relação aos dias de liberdade na mesma proporção dos dias trabalhados pelos apenados.
3. A promoção de uma educação inclusiva, voltada para os direitos humanos e o reconhecimento da diversidade, é indispensável para garantir um desenvolvimento com justiça social e o pleno exercício da cidadania. O reconhecimento da população homossexual presente nas turmas de EJA torna-se imperioso nesta perspectiva. Exige superar a discriminação e os preconceitos para com esta população por meio de uma educação não sexista, que combata a homofobia e apresente esses educandos/as como sujeitos de direitos.
4. Diversificar o calendário escolar de acordo com as necessidades regionais, garantidas no Projeto Político Pedagógico e no regimento.

5. Contemplar a questão de gênero em todo o texto.
6. Garantir a diversidade curricular baseada nas especificidades e nas realidades locais dos sujeitos de EJA.
7. Operacionalização real do “direito de aprender, ampliando conhecimentos ao longo da vida e não apenas escolarizando “ , fazendo com que a EJA tenha expansão significativa do processo, com especial atenção à iniciação profissional efetiva, capaz de permitir a sua inserção no mundo do trabalho e geração de recursos e renda.

b) GRUPO “ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS PARA A EJA”

Coordenação: Elizabete Duarte de Oliveira (Fórum Alagoano de EJA)

Digitador: José Cavalcante Fialho (Ceará)

Relator: Eduardo Jorge Lopes da Silva (Paraíba)

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e oito, das quatorze horas e vinte minutos até as dezenove horas e trinta minutos, foram iniciados os trabalhos com uma rápida apresentação dos 30 delegados presentes no grupo de trabalho de vários Estados.

Na seqüência, a coordenadora apresentou a dinâmica de trabalho a ser desenvolvida. Foram distribuídos os relatórios dos Estados para seus respectivos delegados. Também foi oportunizado um tempo de cinco minutos para que cada grupo de delegado, agrupado por Estado, pudesse rever os relatórios com as indicações e sugestões de mudanças para, em seguida, socializar e pôr em debate no respectivo grupo de trabalho. Assim, foram organizados em oito subgrupos: Paraíba (2); Rio Grande do Norte (3); Sergipe (2); Piauí (3); Ceará (2); Pernambuco (5); Bahia (9); Alagoas (2) e Maranhão (2).

Continuando com o andamento das atividades, os subgrupos foram desfeitos e, no grupo maior, foram iniciadas as discussões, acompanhando o Documento Base Nacional, no item em tela.

As sugestões, supressões e mudanças:

No item 23, houve proposta de mudança na redação oficial pelos delegados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Alagoas e Piauí. Após as exposições e defesas dos delegados manteve-se o texto oficial do item em questão.

Prosseguindo, foi posto em votação o item subsequente.

Item 24. Os delegados do Estado de Sergipe sugeriram modificações e as mesmas foram postas em discussão no grupo. Após as defesas, o texto manteve-se inalterado.

O item 25 teve a proposta de acréscimo no texto pelos delegados da Paraíba. Posto em votação, o grupo, votou por mudança conforme foi proposto.

Item 26. Na seqüência, o item 26 também sofreu proposta de mudanças pelos delegados da Paraíba, Alagoas e Ceará.

Depois da apreciação do item anterior, o grupo fez um intervalo das atividades. Ao retornar, deu-se continuação ao processo de deliberações sobre os itens seguintes. Assim, os itens 27 e 28 não sofreram modificação.

O item 29 teve sugestão de acréscimos por parte dos delegados do Estado de Sergipe. Depois de discutir a sugestão, a mesma foi indicada como recomendação.

Dos itens 30 ao 33 o texto foi aprovado na íntegra.

Quanto ao item 34, os Estados de Sergipe, Ceará, Alagoas e Bahia manifestaram proposta de supressão e acréscimo de palavras no texto em foco. A plenária aprovou a sugestão, passando para apreciar o item 35.

No item 35, os delegados do Rio Grande do Norte, Sergipe e Paraíba propuseram mudanças no mesmo. Depois de a plenária debater, foi consensual sugerir como recomendação as proposituras dos delegados dos Estados do Sergipe e Ceará.

Item 36. Os Estados de Alagoas, Paraíba, Sergipe e Pernambuco apresentaram suas sugestões e recomendações para apreciação da plenária. O texto sofreu as modificações sugeridas.

Item 37. Aprovado texto oficial.

Item 38. Os Estados de Maranhão e Piauí apresentaram suas sugestões e recomendações para apreciação da plenária. A plenária não acatou as modificações e sugestões dos Estados supracitados, mantendo o texto oficial.

Item 39. Os Estados do Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Ceará apresentaram suas sugestões e recomendações para apreciação da plenária. O texto sofreu as modificações sugeridas.

Item 40. Os Estados do Piauí e Rio Grande do Norte apresentaram suas sugestões para supressão e acréscimos para apreciação da plenária. O texto sofreu as modificações sugeridas.

Item 41. Aprovado texto original.

Finalizando o primeiro dia, foram digitadas as sugestões de recomendações das delegações para que, no dia seguinte, discutir no grupo e apresentar na plenária maior no dia seguinte.

Retomada dos Trabalhos:

Aos vinte e cinco de abril de dois mil e oito, às oito horas e quarenta minutos, o grupo de trabalho Estratégias Didático-pedagógicas para a EJA, reunido em uma sala de reunião do Hotel Villa Velha, em Salvador Bahia, discutiu sobre as recomendações propostas pelos delegados presentes.

A coordenação fez a leitura das recomendações, previamente digitadas, em plenária e, em seguida, aberta à discussão, apreciação e defesa no grupo. Após intensos debates, sobre cada uma das recomendações, resultou na ampliação e reformulações das mesmas, as quais foram acatadas pela plenária.

O grupo de trabalho finalizou suas atividades às dez horas e quarenta e seis minutos para participar da plenária maior com todos os demais delegados presentes no Encontro Regional Preparatório para VI CONFINTEA, Região Nordeste. Abaixo está apresentado o texto com as modificações propostas, apresentadas com letras em vermelho.

Estratégias didático-pedagógicas para a EJA

23. A EJA, historicamente, tem-se caracterizado por tentar articular processos de aprendizagem que ocorrem na escola, segundo determinadas regras e lógicas do que é saber e conhecer, com processos que acontecem com homens e mulheres por toda a vida — em todos os espaços sociais, na família, na convivência humana, no mundo do trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, em entidades religiosas, na rua, na cidade, no campo, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nas manifestações culturais, nos ambientes virtuais multimídia etc., cotidianamente, e o tempo todo.
24. A EJA vem tentando perceber esses processos tão presentes no cotidiano, resultantes de estratégias didáticas que possibilitam esses aprendizados. São frutos da experiência e da ação inteligente de sujeitos no mundo, segundo a ordem de necessidade em relação ao que se quer – ou se precisa – aprender.
25. Outros processos **de educação emancipadora** são marcados pela **necessidade** de conhecer e educar em **diferentes** campos, transformando modos de ver e agir em certas situações como, por exemplo, de atitudes **libertadoras** das mulheres; de posturas ambientais, que alteram significativamente a lógica de riqueza e da exploração infinita da natureza; de assunção de direitos humanos, que exigem tratamento de iguais, para todos os homens e mulheres, deixando ressurgir a diversidade de que são constituídos; de reconhecimento do lugar de trabalhador para além da submissão ao mercado, pensando-se produtor da vida, pela ação do trabalho etc.
26. As estratégias didático-pedagógicas da **EJA DEVEM** superar outros processos ainda marcados pela organização social da instituição escola, hierarquizada como um sistema verticalizado, com saberes e conhecimentos tomados como “conteúdos”, sem os quais o sujeito não adquire a legitimidade pelo que sabe.

27. A EJA reconhece que todas essas situações em espaços de aprendizados acontecem mediadas por linguagens/ferramentas diversas, de maior ou menor complexidade técnica e tecnológica, de caráter artesanal ou manufaturado, de usos simples ou complexos, manuais ou eletrônicos, resultantes de trabalho humano ou planejado para ser executado pela robótica, pela inteligência artificial.
28. Dada a diversidade de sujeitos da EJA, as estratégias didático-pedagógicas não prescindem da presença humana, da interação, da troca, do diálogo, pela certeza de que aprender exige ação coletiva, entre sujeitos com saberes variados, mediados ou não por velhas e novas linguagens tecnológicas.
29. Na contemporaneidade não se pode descartar o papel das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) pelo que têm possibilitado ao desenvolvimento de processos de aprendizado, acelerado o ritmo e a quantidade de informações que são disponibilizadas, favorecido o surgimento de novas linguagens e sintaxes, enfim, criado novos ambientes de aprendizagem que se podem pôr a serviço da humanização e da educação de sujeitos. Vai-se do real ao virtual, do analógico ao digital, educam-se novos gostos, escolhas, percepções para a qualidade da imagem, do movimento, da capacidade de alcançar regiões e locais remotos nunca antes imaginados, em tempo real, sem defasagens que lembrem distâncias e longas esperas.
30. As TICs se espalham na prática social de forma irrecorrível, mudando a vida, as relações e as lógicas de apropriação do tempo e do espaço, agora submetidos a novos ordenamentos e apreensões. Convive-se com antigas tecnologias, mas não se abre mão das novas em todos os campos da vida social e cuida-se de evitar que novas exclusões sejam processadas. Todos os sujeitos se vêem diante de um novo mundo de informações e linguagens / ferramentas, mas mesmo a apreensão desigual dessas linguagens / ferramentas e do fazer este mundo inclui a todos, sem escolha, mas com diferentes graus de acesso: códigos de barra, cartões eletrônicos, celulares

estão na realidade cotidiana, mesmo quando se é levado a pensar no conceito que ameaça o direito, mais uma vez: o de exclusão digital.

31. Do ponto de vista do que faz a escola — e do que sempre fez —, embora as expectativas sejam quase as mesmas por parte de jovens e adultos, cabe à EJA repensar o papel que ela deve desempenhar para mobilizar esses sujeitos à retomada de seu percurso educativo. Se muitos deles têm histórias de fracasso, de não-aprendizados, de frustrações, é possível repetir modelos e manter fórmulas de lidar com a infância na relação entre sujeitos jovens e adultos? Se ler e escrever são indispensáveis às sociedades em que a cultura escrita regula a vida social, como atuar para que jovens e adultos aprendam e se apropriem dessas técnicas? Ao longo da vida, jovens e adultos aprenderam e, portanto, detêm saberes que não podem ser ignorados. De que forma trazer para o currículo estes saberes e fazê-los dialogar produtivamente na escola? Em que tempo, com que organização? Como saber o que sabem jovens e adultos? A avaliação processual pode ajudar? De que forma? O que mais importa: aprender ou certificar?
32. Tempos na organização da EJA são fundamentais para possibilitar que aprendizados escolares se façam. Para além dos instituídos, cabe instituir tempos outros, de forma a atender a diversidade de modos pelos quais jovens e adultos podem estar na escola e aprender. São as necessidades da vida, desejos a realizar, metas a cumprir que ditam as disposições desses sujeitos, e por isso organizar tempos flexíveis, segundo as possibilidades de cada grupo pode contribuir, em muito, para garantir a permanência e o direito à educação.
33. As políticas de alfabetização e de EJA vêm disputando concepções sobre o que é alfabetizar e garantir o direito à educação para sujeitos de EJA. A perspectiva de formar leitores e escritores autônomos, que dominem o código lingüístico, mas que também sejam capazes de atribuir sentidos e recriar histórias, pela escrita, sem prejuízo de outras formas de expressão como imagens vai além do que tem sido observado em muitas práticas de

alfabetização e de EJA. O mundo contemporâneo exige o leitor de diversos códigos, do múltiplo, do diverso, perspicaz na interpretação e com capacidade de dando asas à imaginação, atribuir sentidos com toda a liberdade, para além da oralidade, campo em que sujeitos jovens e adultos são competentes.

34. Um currículo para EJA deve ser construído de forma integrada, respeitando a diversidade de etnias e manifestações regionais da cultura popular, não pode ser previamente definido, se não passar pela mediação com os estudantes e seus saberes, e com a prática de seus professores, o que vai além do regulamentado, do consagrado, do sistematizado em referências do ensino fundamental e do ensino médio, para reconhecer e legitimar currículos praticados. Reconfigurar currículos é tarefa de diálogo entre especialistas, professores e _ de estudantes. Não é desafio individual, mas coletivo, de gestão democrática, que exige pensar mais do que uma intervenção específica: exige projeto político-pedagógico para a escola de EJA como comunidade de trabalho/aprendizagem em rede, em que a diversidade da sociedade esteja presente.
35. A tarefa de reconfigurar currículos impõe a formação docente continuada, como professor-pesquisador, porque por meio dela professores e educadores poderão revelar seus fazeres e ressignificar seus dizeres, a partir do que, efetivamente, sabem, pensam e sentem. À formação inicial e continuada de professores, fazendo real o papel de um sistema, cabe contribuir para a qualidade do ensino, nos termos que vêm sendo explicitados neste documento.
36. Povos do campo defendem políticas de formação inicial e continuada de educadores e de professores para a especificidade de sua educação escolar. defendem, assim, políticas de EJA para a diversidade dos povos do campo que respeite e valorize as diferenças, contemplem as especificidades do campo nos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, de geração e de etnia, contribuindo na reconstrução da qualidade social da vida individual e coletiva.

37. A avaliação na EJA também implica enfrentar o desafio e a lógica perversa da cultura hierárquica e submissa que formou o povo brasileiro. Mais do que pôr “cada um em seu lugar”, pensamento a ser abandonado, cabe agora pensar de que modo cada sujeito se apropria dos conhecimentos e os faz seus, para si, para sua comunidade, para a sociedade. Esta avaliação remete à necessidade de certificação, referendo de um sistema de reconhecimento formal na sociedade. Como documento burocrático, o certificado muitas vezes tem sido o motor que conduz jovens e adultos de volta à escola, sem que esta se dê conta de estar diante de uma bela oportunidade de transformar a expectativa inicial dos sujeitos, minimizando seu valor, e maximizando o valor do conhecer e da competência de jovens e adultos pelos aprendizados realizados.
38. Ao longo da história recente, muitos programas e projetos — governamentais e não-governamentais — produziram lições que devem ser aprendidas por educadores, dirigentes e gestores públicos, para que se avance em relação aos desafios que se mantêm, e sobre os quais muito do que já foi produzido poderia evitar que os mesmos erros se repetissem. Em parceria ou não, a perspectiva primeira de que há forte fragmentação na oferta pode possibilitar uma nova leitura, ao se trabalhar sob a ótica da diversidade.
39. Programas voltados a públicos específicos exigem sua manutenção como tal, ainda que devam estar integrados à EJA como modalidade do sistema de educação básica. Programas como Integrar e Integração, da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), nascido da interlocução e parceria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o governo federal; Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), destinado a públicos juvenis que apontam necessidades e culturas próprias e reclamam atenção no que diz respeito ao cumprimento do preceito constitucional da educação básica; **PROEJA**; Educando para a Liberdade, voltado para jovens e adultos privados de liberdade; Concurso Literatura para Todos, que visa a aproximar o leitor comum da literatura, valorizando escritos de novos autores por meio de um

concurso e estabelecendo referências para o que seja produzir literatura para jovens e adultos com pouca ou baixa intimidade com obras literárias; Arca das Letras, Telecentros etc. são algumas de muitas iniciativas que compõem o espectro de atendimento a jovens e adultos, carecendo de maior compreensão e aproximação.

40. Programas que associam a modalidade EJA a formas de atendimento na educação profissional também têm contribuído para alterar o quadro de oferta, mas principalmente, o quadro referencial quanto ao que é fazer educação básica integrada à educação profissional na modalidade EJA. Outra exigência na constituição de currículos é a de reconhecer e considerar competências profissionais como conteúdo e saberes já portados por jovens e adultos, alterando a forma de produzir currículo na escola.
41. Todas as estratégias didático-pedagógicas, em síntese, quando adotadas criticamente, podem melhor dimensionar o fazer escolar na EJA e a participação dos estudantes, sem perder as especificidades que movem, prioritariamente, os sujeitos que desejam aprender.

RECOMENDAÇÕES:

1. Expansão da oferta da Educação Profissional integrada à Educação Básica por meio de uma política pública, não em forma de programa que venha caracterizar uma situação temporária;
2. Que a formação inicial e continuada dos educadores garantam momentos específicos sobre o uso das TIC'S como instrumentos pedagógicos;
3. Assegurar a efetivação das diretrizes da educação básica do campo, considerando a diversidade dos sujeitos do campo.
4. Os professores que atuam na EJA, na sua maioria não possuem uma formação que atenda às especificidades dessa modalidade no que diz

respeito à compreensão da diversidade dos sujeitos educandos e do currículo para a valorização desses profissionais deve-se:

- estabelecer critérios de admissão que contemplem as necessidades dos sujeitos dessa modalidade;
- garantir a formação inicial e continuada dos professores;
- oferecer as condições dignas de trabalho e recursos didáticos adequados e suficientes;
- valorizar os profissionais da EJA respeitando os planos de cargos, carreiras e remuneração.

5. Garantir as condições de infra-estrutura para o funcionamento da EJA, tais como biblioteca, laboratório de informática, laboratório de ciências, quadras esportivas, entre outras, adequando os espaços para pessoas portadoras de necessidades especiais.

6. Assegurar a incorporação da etapa de alfabetização de jovens e adultos à Educação Básica, superando as práticas de programas; ampliando o tempo pedagógico destinado ao processo de escolarização, garantindo uma prática pedagógica que contemple as especificidades dessa modalidade de ensino.

7. Destinação de recursos para pesquisa na EJA.

8. Fortalecimento da EJA em todas as instancias estaduais, municipais em nível das diversas instituições educacionais de ensino superior e de educação básica através de ações organizadas e sistemáticas com envolvimento indispensável do Fórum, Secretarias de Educação e Movimentos Sociais organizados.

b) GRUPO “INTERSETORIALIDADE NA EJA”

O trabalho foi iniciado às 14 horas e trinta minutos com a apresentação dos delegados – nome, Estado de origem e segmento que representava.

Nesse grupo contamos com a participação de mais ou menos 22 delegados/as dos nove Estado da Região. O Estado com menor representação foi o do Ceará, com apenas uma pessoa. Os demais estavam bem representados. O perfil desses delegados era o seguinte: Gestores das redes de ensino – estadual e municipal – representantes da educação no campo, do MST, do NUSEPE, dos movimentos sociais (Zé Peão e Sal da Terra), das universidades, alunos/as e educadores das redes.

A metodologia adotada pelo grupo, consistiu no que segue: Ler cada item e já acatar o que cada Estado trouxe de seus Encontros Estaduais. Tanto o que modificava e ou acrescentava no eixo, como as recomendações.

Assim, colocou-se o texto na tela e, à medida que lia já trazia as contribuições. Ao terminar, fazia-se a leitura daquele item, confirmava sua conclusão e partia-se para o próximo. Todos os itens foram trabalhados dentro dessa lógica. Quando o Estado trazia contribuição que o grupo avaliava não oportuno aquele item, mas, no geral, complementava o assunto do eixo, colava-se como recomendações gerais. Ver o resultado do trabalho inteiro, em anexo.

25/04/2008 – Manhã:

Continuamos nos grupo com a missão de ler o que havíamos construído no dia anterior para que os delegados confirmassem o texto final. Novamente, adotou-se a mesma metodologia de trabalho. Cada item lido era avaliado e ainda com direito a modificar o que achasse necessário. Esse trabalho levou toda manhã.

25/04/2008 – Tarde – Plenária final:

- Planária para aprovação dos acréscimos feitos pelos grupos no texto Base Nacional.
- Leitura da Moção – Nordeste Urgente.

- Encerramento dos trabalhos com a apresentação cultural.

DOCUMENTO BASE:

42. Quando se trata de reconhecer a intersectorialidade da EJA é um desafio dialogar com o campo do trabalho, da saúde, do meio ambiente, das culturas, da comunicação, **da segurança e da própria educação**, entre outros aspectos, **com a integração de todos os segmentos das esferas governamentais (federal, estadual, municipal) e a sociedade civil.**

43. A perspectiva de uma relação EJA/trabalho que retome o conceito de formação integral dos cidadãos e cidadãs na produção de sua existência, no processo de transformação da natureza, enfrenta o reducionismo do que se convencionou chamar de mercado de trabalho. É possível continuar pensando que jovens e adultos devem exclusivamente se preparar para competir no mercado de trabalho, em uma sociedade marcada pela dinâmica excludente do capitalismo? Existe efetivamente espaço para esses jovens e adultos no desenho de ocupações que o sistema capitalista vem assumindo nos últimos anos? **De que maneira a escola e os outros espaços de aprendizagem tem respondido às expectativas e demandas dos jovens e adultos para o mundo do trabalho?** É possível construir outros espaços de produção de existência material e imaterial não baseados em destituição do outro, no individualismo e na competição? Parte desta reflexão sobre jovens e adultos e o mundo do trabalho deve reconhecer o que a economia solidária produz no Brasil, como uma das muitas possibilidades de enfrentamento de modelos padronizados pelo sistema capitalista para a geração de sustentabilidade e renda. Iniciativas como organização de associações e cooperativas de produção e venda, revitalização da agricultura familiar e descoberta de novos campos produtivos que respeitem **as potencialidades locais** e condições ambientais são desafios para jovens e adultos trabalhadores.

RECOMENDAÇÕES DO ITEM:

1) Articular e associar na ação educativa dos sujeitos da EJA iniciativas de geração de renda, trabalho e desenvolvimento na perspectiva da Economia Solidária enquanto alternativa forjada no meio social em contraposição ao capitalismo;

2) a formação integral dos sujeitos da EJA, entendida como desenvolvimento pleno é, por demais, necessário e urgente, para que esses possam ter *participação efetiva na sociedade*. Nessa perspectiva, faz-se necessário garantir políticas públicas que articulem a educação e o mundo do trabalho.

44. A relação EJA/saúde também aponta a necessidade de desconstrução de uma lógica que se materializou nas últimas décadas por meio do binômio saúde/doença, que reduziu a saúde ao “combate a doenças”. Condições precárias de sobrevivência de grande parte de jovens e adultos brasileiros os afastam da possibilidade de vida saudável, com alimentação adequada, condições sanitárias e de moradia, segurança e transporte apropriados, com direito a lazer e a manifestações culturais. A falta desses componentes mínimos para a existência contribui para a reprodução de uma população adoecida. Distorções causadas pela má distribuição de renda no Brasil têm conduzido à busca de “cura de doenças”, muito mais do que à promoção da saúde. Organizar-se para enfrentar essa condição desumana de sobrevivência é fundamental, mas não suficiente. De que forma jovens e adultos podem reconstituir, com base na rica e diversa formação étnico-cultural, hábitos saudáveis de alimentação, de utilização e de manejo de recursos naturais, de lazer e descanso, fundamentais para a produção de uma vida com saúde?

RECOMENDAÇÕES DO ITEM:

1. Proporcionar aos sujeitos da EJA uma leitura crítica do modo como o binômio saúde/doença é veiculado na mídia, contemplando no seu currículo a questão da segurança alimentar. É preciso também ampliar o conceito de

saúde, na perspectiva de uma auto-educação, articulando o saber popular ao científico.

2. Garantir o acesso dos jovens e adultos aos programas de saúde e prevenção nos espaços educativos;

45. O desafio da relação do mundo do trabalho e da saúde na vida de jovens e adultos está intimamente relacionado à forma como esses sujeitos interagem com o ambiente, entendido aqui como espaço de vivência entre seres humanos e natureza como um todo. O sentido de preservação humana relacionado à consciência de respeito aos limites e às possibilidades impostos pelas condições físicas e biológicas do planeta constituem a ética do tempo presente. Como pensar a produção da existência e uma vida saudável de jovens e adultos que não destruam os demais elementos da natureza? Como mudar hábitos já incorporados à prática cotidiana que contribuem para colocar em risco a nossa própria existência?

RECOMENDAÇÃO DO ITEM:

1) Garantir na proposta político-pedagógica da EJA fundamentos da sustentabilidade, na perspectiva do desenvolvimento humano, partindo do ambiente local ao global.

46. Outro campo de produção da existência de jovens e adultos que desafia a EJA é o da cultura. Cultura compreendida como produção de símbolos e significados humanos relacionados a diferentes formas de expressão e representação do mundo, com forte interseção com o que homens e mulheres produzem no mundo do trabalho, em condições ideais de saúde, com e a partir de todos os elementos que se encontram no ambiente em que vive e convive. Nesse campo o povo brasileiro demonstra extraordinário acúmulo, todavia subsumido ao que pode ser chamado de cultura de massa, ou massificação cultural promovida em especial pela banalização da existência, produzida pelos meios de comunicação de massa. O desafio nesse campo é dar visibilidade ao já produzido e ao que se continua a produzir como representação ou visão da

realidade, por meio da música, da expressão corporal, da dramaturgia, da produção textual, da produção artesanal, da ciberarte, entre outras. Como a EJA pode ser um espaço de cultura na produção de conhecimentos?

RECOMENDAÇÕES DO ITEM:

1. Garantir o acesso aos bens culturais da contemporaneidade, na relação intersetorial entre EJA/cultura, e que as escolas compreendam a dimensão desses bens na formação integral dos educandos.

2. Promover ações afirmativas e intersetoriais de não violência, propiciando uma cultura de paz.

3. Propiciar aos sujeitos da EJA a leitura crítica da cultura, incentivando o conhecimento e a valorização dos meios de comunicação comunitários enquanto alternativas aos meios hegemônicos, pois estes divulgam e trabalham com a cultura numa perspectiva da promoção da cidadania e do seu exercício.

47. Todos os campos abordados desafiam a implementação de políticas públicas para jovens e adultos com a necessária intersetorialidade que dê conta da complexidade desses campos na relação que estabelecem com a EJA. Políticas que se materializem, mesmo como projetos e programas, com clara interseção entre meios e fins, implicam desafio de articulação e gestão entre entes governamentais — governo federal, governos estaduais e governos municipais — e, ainda, obrigam ao exercício necessário de definição do papel articulador de cada órgão de governo, quando se trata da implementação de políticas de cada campo, que envolvem a produção de conhecimentos de jovens e adultos.

RECOMENDAÇÕES DO ITEM:

1. Construir uma política pública de EJA que supere a fragmentação de ações em programas e projetos, que tenham como eixo integrador o trabalho, a ciência, a cultura e o sujeito na sua integralidade;

2. Garantir a unidade política dos movimentos sociais e organizações não governamentais no desenvolvimento da EJA;
3. Considerar as experiências acumuladas pelos movimentos sociais e organizações não-governamentais na construção de políticas de EJA;

48. Um elemento fundamental no reconhecimento do valor e do significado do aspecto intersetorial da EJA é o diálogo entre órgãos de governo, responsáveis pela implementação de políticas públicas e a sociedade civil demandante dessas políticas. Especial destaque deve ser dado aos movimentos sociais que atuam na EJA, interlocutores indispensáveis no processo de construção de políticas voltadas a jovens e adultos. Quer sejam fóruns de EJA ou demais movimentos ligados à luta pela terra, à luta sindical, aos direitos de mulheres, de afrodescendentes e de indígenas, todos têm exercido papel inquestionável na proposição de diálogo e na construção de alternativas que resultem em políticas públicas conseqüentes para jovens e adultos. Por esta razão, o papel desempenhado pela SECAD/MEC na articulação de políticas em diálogo com a sociedade tem sido fundamental, na experiência democrática de gestão.

RECOMENDAÇÕES DO ITEM:

1. Estabelecer parcerias entre a EJA e as universidades, com base no tripé: ensino, pesquisa e extensão.
 2. Mobilizar a sociedade civil, para desempenhar também o papel de construção, monitoramento, fiscalização e controle social para a efetivação de políticas públicas.
49. O diagnóstico da realidade de jovens e adultos, todavia, demonstra a desarticulação ainda existente nas ações governamentais, o que não contribui com o desenvolvimento de políticas públicas eficientes para jovens e adultos. O que pode ser evidenciado como avanço? Pode-se apontar a construção de uma nova institucionalidade na relação entre governo e sociedade civil, no que se refere ao traçado da política intersetorial para a EJA? Mas, o que ainda precisa

ser feito para que a intersectorialidade na EJA deixe de ser um problema e passe a constituir um aspecto positivo nas políticas?

RECOMENDAÇÃO:

1. Desenvolver e implementar estratégias de gestão compartilhada da EJA entre os entes federados e sociedade civil, inclusive por meio de mecanismos legais.

50 - A relação da EJA com os demais setores da própria educação deve ser repensada para a superação da idéia de educação compensatória na perspectiva de educação ao longo da vida, que garanta educação de qualidade em todos os tempos humanos: na infância, na juventude e na adultez. A juvenilização da EJA e os elevados índices de analfabetismo funcional evidenciam os equívocos da escolarização oferecida nos sistemas de ensino. Faz-se necessário superar o binômio educação/escolarização a partir de novas concepções de aprendizagens.

51 – A relação entre a EJA e o Sistema de Segurança, compreendida na perspectiva formativa, visa a construção de segurança preventiva e protetiva que garanta aos sujeitos da EJA acesso e permanência nas escolas e nos diversos espaços socialmente construídos. Para tanto, faz-se necessário ações coletivas intersectoriais das várias esferas governamentais e não governamentais.

II - RECOMENDAÇÕES GERAIS AO EIXO:

1. Constatamos que houve avanços na questão da intersectorialidade na EJA, no entanto, é preciso construir políticas públicas de Estado articuladas e de mais qualidade para jovens e adultos. É preciso sair da institucionalidade da EJA para a institucionalidade em EJA, reconhecendo-a verdadeiramente como intersectorial. Pensar políticas a partir de grupos interdisciplinares.

2. Construção intersetorial de matriz de referencia curricular de formação integral (saúde, ambiente, cultura, comunicação, trabalho e segurança) com ampliação do conceito de sujeito de direito.
3. Formação inicial e continuada de profissionais que atuam na EJA, direta ou indiretamente, numa perspectiva popular e intersetorial com aprofundamento da compreensão sobre a geração de sustentabilidade e renda na perspectiva de princípios solidários.
4. Garantia de acesso e discussão de experiências significativas em EJA e documentos básicos de políticas de diversos setores sociais, nas escolas, nos fóruns, nas secretarias de ensino, nas universidades, tais como: PNQ (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador) e PLANTEQS (Planos Territoriais de Qualificação).
5. Que a SECAD promova o diálogo entre os vários setores do MEC, garantindo integração nas suas ações e projetos.

Contribuição ao item 58 do eixo gestão e financiamento: Há de se propor a paridade do controle social entre instituições governamentais e sociedade civil organizada, no sentido de viabilizar planos diretores para a educação, com especificidade para a EJA, criando condições orçamentária e financeira.

d) GRUPO “EJA no Sistema Nacional de Educação: gestão, recursos e financiamento”

FALTA RELATO

50. Diante dos desafios enunciados, a necessidade de que a EJA se integre a um sistema nacional de educação capaz de oferecer oportunidade de acesso, garantia de permanência e qualidade compatível com a demanda de jovens e adultos para a conclusão da educação básica é também inadiável. Todos os esforços feitos pelo Brasil, nesse campo, em especial a partir da Constituição federal de 1988 que preceitua no Art. 208 a educação como direito de todos e dever do Estado; da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que passa

a assumir a EJA como modalidade da educação; e da Resolução CEB/CNE nº. 1/2000 que reafirma a especificidade desta modalidade, demonstram que a cobertura é ínfima, se comparada ao número de brasileiros que não possuem educação básica, e que a oferta existente ainda está longe de corresponder às reais necessidades de jovens e adultos brasileiros.

51. O desafio de fortalecer o atendimento e a qualidade na EJA é tarefa que exige repensar o atual modelo de colaboração, que deixa indefinida a responsabilidade dos entes federativos, daí a necessidade de expressar indicadores e responsabilidade da instituição federal, estadual e municipal, respeitando e definindo os papéis para rede pública. A União tem o papel indutor e coordenador da política pública de educação como um todo. No campo da EJA, historicamente, tem sido fundamental que a União cuide das escolhas e dos rumos da política proposta, pela influência que exerce sobre os demais entes federativos e, neste caso, especificamente, pela representação do MEC. Estados e municípios, na sua tarefa profícua de execução direta para a garantia da oferta de EJA como direito à educação, acompanham a orientação do governo federal no que diz respeito ao preceito constitucional e, ainda, utilizam-se do princípio da autonomia federativa no que concerne a modelos pedagógicos e administrativos que melhor respondem aos desafios postos pela diversidade dos sujeitos, explicitados neste documento.

52. Reconhecer e garantir o direito à organização do atendimento a jovens e adultos em tempos e espaços pedagógicos diferenciados no sistema nacional de educação pode romper com a reprodução da oferta de EJA nos velhos moldes do ensino supletivo: educação aligeirada e compensatória, com base em justificativa equivocada de que os “alunos têm pressa, por isso a escola oferece pouco conteúdo em pouco tempo”. A realidade de propostas mais conseqüentes de EJA tem tensionado esse raciocínio e demonstrado que não há como pensar em educação como direito público subjetivo para jovens e adultos sem clara definição no sistema de ensino quanto a mudanças necessárias nas estratégias de acesso, permanência e qualidade do

conhecimento produzido, a serem definidas de forma democrática pelos sujeitos desse processo explicitada na proposta pedagógica e na organização curricular para essa modalidade de ensino.

53. No que se refere a acesso, retomar por princípio o sujeito da ação educativa na EJA compreende a necessidade de diversificar formas de entrada na educação básica, não apenas no que se refere a romper com tempos determinados de matrícula, mas garantir que a entrada e o retorno às classes de EJA possam se dar ao longo de todo o processo de andamento do projeto pedagógico. Enfrentar questões de acesso é também reconhecer que o público jovem e adulto precisa ser conquistado para voltar ao sistema, ser convencido de que vale a pena estudar e de que a escola que o espera tem outro formato daquela que abandonou ou de que foi excluído, anos antes. Não há acesso sem mobilização de demanda e, nesse aspecto, toda a sociedade civil precisa ser forte aliada do sistema de EJA. Poder público **em ação articulada com a sociedade organizada, juntos, podem reverter a visão negativa que marca o imaginário de jovens e adultos sobre a escola pública, para que atinja a qualidade social compatível com esta realidade.**

54. A mobilização deve ser feita por meio de chamada pública para matrícula; pelo convencimento da população por meio do poder público em regime de colaboração com as lideranças sindicais, religiosas e associativas; do comprometimento das empresas com a escolarização de seus funcionários, entre outras medidas, o que não resolve isoladamente a questão de EJA, se o sistema não repensar também a educação básica que está oferecendo. Permanência tem a ver também com o que se encontra na escola; com a gestão democrática, a formação dos professores para lidar com o público jovem e adulto, as condições de infraestrutura da escola para oferecer educação de qualidade, o tratamento dispensado aos estudantes e a prática pedagógica que, na condição de “não-crianças”, já têm ou ainda não têm expectativas muito claras quando retornam aos bancos escolares. Quando o educando/a encontra estas condições para permanência ele se torna agente mobilizador para a EJA.

55. Permanência também tem a ver com o tema da intersetorialidade da EJA, pois o retorno à escola e o sentido do conhecimento ali produzido estão relacionados à vida e ao cotidiano das pessoas que convivem no mundo do trabalho, que precisam saber cuidar da saúde, que produzem cultura, que precisam reaprender, na convivência com o ambiente em que habitam. Portanto, é um desafio inter e extra-escolar, o que exige da EJA saber exatamente o que se passa do lado de fora dos muros da escola, o que em grande medida indica condições de permanência ou não de jovens e adultos nela. Nesta perspectiva se faz necessário garantir a intersetorialidade na EJA através das parcerias de instâncias governamentais e não governamentais na formação de jovens e adultos.

56. Além da difícil tarefa de mobilização de jovens e adultos para retorno à escola, do desafio de fazê-los permanecerem no sistema escolar, há um elemento fundamental que a EJA precisa enfrentar: como fazer para que conhecimentos produzidos sejam significativos, tenham qualidade e permitam aos estudantes maior autonomia para serem sujeitos da própria história? Retornar à escola, participar de um processo em que a certificação é um fim em si mesmo, não parece ser o caminho apropriado para a EJA. Em âmbito nacional, registra-se a necessidade de uma avaliação mais cuidadosa do processo de certificação de conhecimentos que o país utiliza a mais de 30 anos: os exames supletivos. Igualmente, urge discutir a questão da certificação de conhecimentos, na perspectiva da avaliação do sistema e da construção de Políticas Públicas. Como e quando pautar a discussão da certificação de conhecimentos?

57. Discutir qualidade da educação implica reconhecer que a EJA precisa ter definição clara de seus objetivos e estratégias político-didático-pedagógicas. Precisa, ainda, reconhecer a dinâmica diferenciada da vida e da trajetória escolar dos sujeitos da EJA. Por fim, precisa garantir as condições materiais concretas e pedagógicas para sua sustentabilidade, o que representa ter uma estratégia coerente de gestão, de recursos financeiros e humanos compatíveis com as necessidades demandadas pelos desafios da EJA, inclusive a garantia

de receita financeira da União para universalização dessa modalidade em igualdade de condições com as demais.

58. A gestão da EJA no sistema nacional de educação também implica a necessária opção pelo processo participativo e democrático, tendo em vista que os sujeitos de EJA precisam ser envolvidos nas tomadas de decisão no que se refere à organização de currículos, às estratégias de acesso e permanência e à qualidade da educação ofertada nesse sistema. O diálogo entre os gestores de sistemas públicos de ensino que ofertam EJA e os sujeitos dessa modalidade, especialmente os alunos e trabalhadores da educação e comunidade escolar, concorre para a superação de práticas de culpabilização de jovens e adultos pelo “não-saber” e propiciam a construção de uma relação de corresponsabilidade na gestão da modalidade de ensino. Uma estratégia de gestão adequada à EJA precisa contar com o reconhecimento do que é específico dessa modalidade, por parte do Conselho de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) — coletivos de gestores de estados e de municípios, fundamentais na construção da política pública de educação. Do mesmo modo é necessária clareza sobre a especificidade da EJA por parte do Conselho Nacional de Educação e dos respectivos conselhos estaduais e municipais e de seus representantes em nível nacional.

59. Como reconhecimento da singular e imprescindível contribuição efetiva do movimento social dos fóruns estaduais/distrital/regionais de educação de jovens e adultos no Brasil, resultante da mobilização e organização preparatórias, desde 1996, da V CONFINTEA em 1997, a gestão do governo federal na formulação das políticas públicas de EJA se faz com a representação destes sujeitos coletivos na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, nas reuniões técnicas bianuais e no apoio político-financeiro anual aos Encontros Nacionais de EJA, aos Seminários Nacionais de Formação de Educadores de Jovens e Adultos e à criação e desenvolvimento do Portal de Fóruns EJA Brasil.

60. A gestão e o conceito de parceria mudaram substantivamente, em relação ao modelo anterior do programa de alfabetização, traduzido pela ação do Programa Alfabetização Solidária. Quando é criado o Programa Brasil Alfabetizado pelo governo federal em 2003, dois desafios passam a ser enfrentados: primeiro, a expectativa de continuidade à alfabetização, para que se cumprisse o princípio do direito à educação para todos, independente da idade, tarefa que exigia o envolvimento e a chamada à responsabilidade de municípios, primordiais parceiros do Programa; segundo, de que o esforço ético precisava do concurso de toda a sociedade para cumprir o direito, ampliando cada vez mais os dados quantitativos e qualitativos de atendimento e enraizando a EJA nos sistemas públicos.

61. Do mesmo modo, o conceito de parceria e gestão se reformula no esforço de intersetorialidade entre campos de conhecimento da EJA e a ação de variados órgãos públicos e Ministérios, com a aproximação e a interseção que se estabelece com programas voltados à economia solidária, às juventudes, aos saberes da terra, das águas, à educação nas prisões, à atenção à saúde e aos demais programas, que tratam de negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços; mulheres, homens; jovens, adultos, idosos; quilombolas, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores, agricultores; trabalhadores empregados ou desempregados — de diferentes classes sociais; origem urbana ou rural; vivendo em metrópole, cidade pequena ou campo; livre ou privado de liberdade por estar em conflito com a lei; pessoas com necessidades educacionais especiais.

62. No que tange aos recursos humanos, ainda há um grande desafio no Brasil em relação à formação de professores e gestores que atuam na EJA. Ainda é tímido o esforço de alguns sistemas na formação e o resultado desse investimento. Quanto à formação inicial em nível superior, uma grande lacuna existe nas licenciaturas quanto ao reconhecimento da EJA como locus de formação específica e permanente como política pública de estado. Mesmo na formação de pedagogos, considerando o elevado número de cursos superiores existentes no país (mais de mil e quinhentos), são poucos aqueles que,

sistematicamente, assumem a formação de educadores de jovens e adultos (menos de 2%). É de reconhecer as iniciativas pontuais e crescentes de vários desses cursos ao incluir disciplinas que abordam a EJA e/ou ao criar núcleos que dinamizam a prática e a formação específica desse educador. Assim sendo, faz-se necessário que as universidades, a partir da graduação, garantam propostas curriculares que contemplem estudos sobre a EJA e que as instituições e sistema de ensino estaduais e municipais desenvolvam formação continuada voltadas para esta modalidade educativa.

63. Desde a década de 1990, a pós-graduação nas universidades vem-se empenhando no estímulo, no desenvolvimento e na formação de pesquisadores em EJA. Há que se destacar as contribuições aportadas aos Seminários de EJA no Congresso de Leitura do Brasil (COLE), ao Grupo de Trabalho de EJA (GT 18) na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPEd) e os inúmeros trabalhos apresentados anualmente nas reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A realização do I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos, em 2006, e sua continuidade em 2007 no II Seminário, demonstrou a intensificação do investimento em programas de pesquisa e formação de gestores e educadores de jovens e adultos com significativa contribuição das universidades públicas e da ANPEd. Também em 2006 o lançamento de edital para projetos de pesquisa e formação *stricto sensu* no âmbito do Programa de Educação Profissional Integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA (PROEJA) pela CAPES/SETEC representa uma primeira iniciativa voltada especificamente para esse campo. Ainda a experiência do curso de Educação na Diversidade promovido pela SECAD/MEC, com mediação das TICs, também demonstrou as possibilidades de um ambiente novo e promissor para a formação. É notória a necessidade de sistematização dos trabalhos produzidos pelas instituições de pesquisa e a socialização desses trabalhos entre os sujeitos desse processo.

64. O financiamento específico para a EJA por meio do FUNDEB, na mesma lógica do financiamento da educação básica, é uma conquista que precisa ser destacada, permanecendo ainda o desafio do tratamento isonômico de estudantes de EJA em relação aos demais do ensino fundamental e médio, além da participação efetiva, com controle social do uso dos recursos do Fundo. Como avaliar os desafios do investimento financeiro na EJA? Como superar esses desafios? Como discernir o financiamento público e custo da EJA, considerando o manifesto interesse de oferta da modalidade pelo setor privado com e sem o financiamento público, sobretudo, e com garantia do estabelecimento de mecanismos de controle social?

RECOMENDAÇÕES:

1. A certificação dos alunos da EJA deve ser pautada em todas as discussões de eventos, seminários e encontros da EJA até que o Conselho Nacional de Educação aprove um parecer que trate sobre essa temática.
2. Incluir a EJA semi-presencial nas políticas de financiamento da educação pela união.
3. Que os programas de alfabetização advindos do governo federal sejam substituídos por políticas públicas de estado, sendo os sistemas responsáveis pela oferta de matrícula e continuidade dos estudos do aluno até a conclusão da educação básica. Com isso os programas de governo, muitas vezes, executados sem nenhuma qualidade pedagógica dariam espaço para uma política efetiva de alfabetização;
4. Que os programas destinados à Educação Básica “convencional” contemple a modalidade EJA.
5. Garantir a divulgação do montante dos recursos recebidos e sua aplicação, conforme a legislação vigente.

6. A apropriação dos recursos pela EJA, obedecerá ao percentual estabelecido de no mínimo, 15% dos recursos de cada fundo estadual.
7. Garantir recursos para a instalação de laboratórios de diferentes áreas de conhecimentos, de modo a favorecer a comunicação com os diferentes setores parceiros na educação de EJA.
8. Assegurar recursos para publicação e divulgação da produção científica e cultural dos educadores e educandos da EJA.
9. Garantir no planejamento e orçamento do MEC/SECAD a formação e qualificação dos educadores de EJA e que a mesma contemple as diversas área de conhecimento e a integridade do sujeito e a sua relação com o mundo do trabalho.
10. Oferecer a EJA, além das turmas do noturno, no diurno.
11. Oferta de cursos de especialização em EJA nas universidades públicas para professores e técnicos das secretarias municipais e estaduais com recursos públicos.
12. Atendimento a EJA por equipes especializadas, como psicólogo, psicopedagogos, oftalmologistas, e outros.
13. A política de EJA deve incluir o mundo do trabalho e a formação profissional de Jovens e Adultos, numa perspectiva de currículo integrado.

Considerações Finais

O Encontro foi avaliado positivamente pelos 90 delegados presentes que destacam, como elemento principal, a representação e participação dos diversos segmentos da sociedade civil e do Estado que, através de práticas dialógicas e articuladas, assumem o lugar de protagonistas na análise e proposição dos rumos da EJA no Nordeste e no Brasil.

Para além do cumprimento do protocolo para a preparação da VI CONFINTEA, o grupo sai fortalecido e mobilizado para a continuidade na luta por uma Educação de Jovens e Adultos de qualidade. Entretanto, manifesta preocupação quanto às proposições resultantes desses três dias de socialização e debate, não sejam agregadas às plataformas de diálogo da CONFINTEA VI.

Ao final da socialização dos Grupos de Trabalho, foi apresentada uma moção elaborada durante o encontro, contando com representantes dos Fóruns Estaduais que compõem a Região Nordeste.

MOÇÃO DA REGIÃO NORDESTE:

Os Representantes de EJA da Região Nordeste, aproveitando a oportunidade estratégica de articulação fortalecida no Encontro Regional Preparatório para a VI CONFINTEA, torna pública a necessidade de se garantir políticas públicas para a EJA, que superem as desigualdades históricas da Região Nordeste em relação às demais.

Embora se tenha evidenciado avanços nos índices de analfabetismo, o Nordeste, em 2006, ocupou as piores posições em relação à média nacional com índice de analfabetismo de 20,7% e de taxa de analfabetismo funcional de 34,4%. Esta situação se agrava ao constatarmos que os principais fatores que geram a demanda para a EJA são o abandono e a evasão na Educação Básica regular, onde os índices permanecem elevados alcançando 38,8% no Ensino Fundamental e de 22% no Ensino Médio.

A superação dessa realidade demanda ações afirmativas que assegurem linhas de financiamento para ações intersetoriais, capazes de reverter à situação de exclusão em que se encontram os sujeitos da EJA e, ainda, o fomento à pesquisa, a formação inicial e continuada, produção e aquisição de recursos didáticos que atendam às necessidades educacionais específicas da Região Nordeste.

Portanto, defendemos que seja garantido o encaminhamento de ações afirmativas para o Nordeste como somatório de forças dos Fóruns de EJA da Região associado ao Movimento Nacional de luta pela garantia do direito igualitário à educação ao longo da vida.

Fotos do Encontro Regional:



Mesa de Abertura com as autoridades presentes.
(Arquivo-Abril/2008)



Representante da UNESCO.
(Arquivo-Abril/2008)



Conferência de Abertura.
(Arquivo-Abril/2008)



Delegadas da Região Nordeste.
(Arquivo-Abril/2008)



Apresentação do Diagnóstico Regional.
(Arquivo-Abril/2008)



Discussão sobre o Documento Base Nacional.
(Arquivo-Abril/2008)



Cartaz do Encontro Regional Nordeste.
(Arquivo-Abril/2008)